



# HISTÓRIA E CULTURA INDÍGENA

### SUMÁRIO

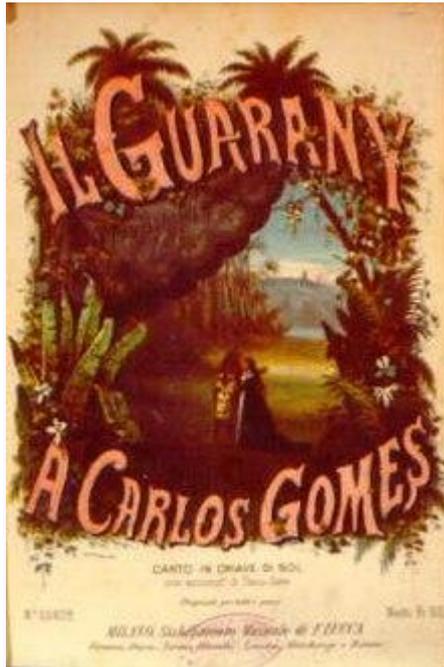
1-	ANCESTRALIDADE INDÍGENA NA ATUAL POPULAÇÃO BRASILEIRA	3
2-	LEGISLAÇÃO E POLÍTICA	10
3-	POVOS EMERGENTES	17
4-	ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO	24
5-	EDUCAÇÃO	27
6-	SAÚDE	31
7-	EVANGELIZAÇÃO E ACULTURAÇÃO	35
8-	CULTURA AFRO-BRASILEIRA E CULTURA INDÍGENA	41

### REFERÊNCIAS

## 1- ANCESTRALIDADE INDÍGENA NA ATUAL POPULAÇÃO BRASILEIRA

Outra grande parte da população indígena não pereceu, mas foi assimilada pela sociedade brasileira, dando origem a prolífica descendência que, não obstante, já não mais se identifica como "índia".<sup>[5][167]</sup> Gilberto Freyre, em *Casa-Grande & Senzala*, considerou o elemento indígena como importante formador da identidade social brasileira, principalmente nos primeiros séculos de contato com os europeus, atribuindo um papel essencial às "cunhãs", as mulheres nativas:

"Para a formidável tarefa de colonizar uma extensão como o Brasil, teve Portugal de valer-se no século XVI do resto de homens que lhe deixara a aventura da Índia. E não seria com esse sobejo de gente, quase toda miúda, em grande parte plebeia, além do mais, moçarabe, isto é, com a consciência de raça ainda mais fraca que nos portugueses fidalgos ou nos do norte, que se estabeleceria na América um domínio português exclusivamente branco ou rigorosamente europeu. A transigência com o elemento nativo se impunha à política colonial portuguesa: as circunstâncias facilitaram-na. A luxúria dos indivíduos, soltos sem família, no meio da indiada nua, vinha servir a poderosas razões do Estado no sentido de rápido povoamento mestiço da nova terra. E o certo é que sobre a mulher gentia fundou-se e desenvolveu-se através dos séculos XVI e XVII o grosso da sociedade colonial, em um largo e profundo mestiçamento, que a interferência dos padres da Companhia de Jesus salvou de resolver-se todo em libertinagem para em grande parte regularizar-se em casamento cristão".<sup>[168]</sup>



Capa da partitura da ópera *O Guarani*, de Carlos Gomes, baseada no romance homônimo de José de Alencar, um clássico da mitificação romântica do índio como o bom selvagem

Hodiernamente, milhões de brasileiros descendem, em diferentes graus, dos povos indígenas. Em uma pesquisa realizada em 2008, o IBGE perguntou a origem familiar de brasileiros de diferentes regiões e 21,4% dos entrevistados declararam descender de índios.<sup>[169]</sup> De fato, tradições familiares recordando de "avós índias laçadas no mato", cobiçadas pela sua beleza e mesmo sua bravura, mas "amansadas" o suficiente para se tornarem esposas cristãs, são recorrentes pelo Brasil afora.<sup>[170][171][172][173]</sup> Complementando a descrição de Freyre, Elaine Rocha, da Universidade de Adis Abeba, diz que o índio, antes visto como um indolente inútil para o trabalho, um bêbado contumaz ou um rebelde perigoso, adquiriu prestígio quando foi mitificado pelos românticos do século XIX, e sua incorporação à sociedade branca em certos aspectos foi mais fácil do que a do negro, muito mais desprezado pela cultura dominante, e cuja dignificação só está se processando recentemente, mesmo que este também tenha deixado vastíssima descendência miscigenada, tanto com brancos como com índios.<sup>[171]</sup> Prossegue a pesquisadora:

"O relacionamento entre índios e brancos durante a conquista da terra (foi reconstruído pelos românticos) de maneira que ficasse bem clara a

superioridade moral e material do europeu, devidamente reconhecida pelos indígenas, que almejam, sobretudo, servir ao branco por quem se apaixonam e por quem são capazes de sacrificar a vida.... Dessa maneira, a nobreza do protagonista indígena só se mantém na medida em que se reconhece o mérito civilizador de seu senhor. Assim também, no mito da avó que foi pega a laço, a avó, no caso é a corajosa indígena que, a princípio, resiste ao agressor, mas, ao final, se rende à sua superioridade. Numa única lenda, as famílias logram explicar a tonalidade da pele mais escura, exaltar a honra da avó, que só se rendeu aos encantos do homem branco depois de 'laçada', e da indígena fiel que permanece casada e dá ao senhor uma família 'genuinamente' brasileira".<sup>[171]</sup>

Pesquisas científicas confirmam aquelas tradições familiares, mostrando que milhões de brasileiros carregam em seu DNA o material genético de povos indígenas. A população brasileira é bastante heterogênea, portanto o grau de ancestralidade indígena varia de pessoa para pessoa e também geograficamente. De maneira geral, as pesquisas mostram que os brasileiros apresentam alto grau de ancestralidade europeia do lado paterno, enquanto as ancestralidades ameríndias e africanas predominam do lado materno. Isso reflete a característica da colonização portuguesa, na qual a maioria dos colonizadores eram homens, gerando o padrão sexual de miscigenação entre homem europeu e mulher indígena ou africana. O Brasil contrasta com outros países da América Latina onde a presença negra é inexistente ou residual.<sup>[174]</sup>

Em uma dessas pesquisas, 33% dos brasileiros brancos, da classe média, descendem de uma ancestral indígena pela linhagem materna. Nenhum deles descende de índios pela linhagem paterna. Isso confirma que o homem indígena deixou poucos descendentes no Brasil, enquanto a mulher indígena foi importante na formação da população brasileira.<sup>[175]</sup> Outra pesquisa informou que os brasileiros, brancos, pardos ou negros, apresentam um grau uniforme de ancestralidade indígena, normalmente abaixo dos 20%. Existe, contudo, discrepância regional. Enquanto que na amostra de Manaus, capital no Amazonas, 37,8% da ancestralidade da população é indígena, em Santa Catarina é de apenas 8,9%.<sup>[176]</sup>

### Situação recente

Manifestantes em conflito com a polícia em Brasília sobre área considerada indígena mas reivindicada por uma construtora, 2011



Índios guarani de uma aldeia urbana de Porto Alegre, marginalizados, vivendo de alguma ajuda oficial e da venda de artesanato nas ruas

O convívio dos povos indígenas com o restante da sociedade brasileira tem sido problemático desde o Descobrimento, mesmo com seus lados positivos, e não parece que as tensões vão se resolver tão cedo. Para uns o caminho inevitável é a progressiva assimilação à sociedade ocidental, para outros, o isolamento se revela a única maneira de preservar a identidade cultural das tribos, que se dissolve ou perde grande parte de suas características singulares invariavelmente em todos os casos de contato próximo e continuado com a civilização. Entre os extremos, explodem continuamente novos conflitos e disputas que causam mortes e outros tipos de violência, chegando as denúncias a fóruns internacionais como a ONU, a OEA e a OIT, sem que até agora houvesse solução satisfatória.<sup>[177][178][179][180][161][181][141]</sup>

A consequência prática deste processo dialético dramático tem sido a expulsão de muitos povos de suas terras, transformando, como disse Melissa Curi, professora da Universidade de Brasília e funcionária da Funai, "sociedades autônomas em minorias dependentes";<sup>[179]</sup> a desvirtuação de formas válidas e em muitos aspectos mais saudáveis de ver o mundo e de relacionar-se com a Natureza;<sup>[101]</sup> a perda de inúmeros saberes e artes tradicionais; a destruição gratuita de inúmeras vidas por doenças, preconceitos, pobreza, alcoolismo, prostituição e violência, entre tantos outros males que surgem do contato com os civilizados.<sup>[179][180][181][182]</sup>

Considerando que de fato a sua população atual é drasticamente menor do que a que vivia em 1500, junto com as amplas evidências de descaso e maus tratos contínuos que são domínio público, muitos especialistas e observadores nacionais e internacionais denunciam a situação histórica dos índios no Brasil como um genocídio sistemático, que ainda hoje continua a apagar muitas vidas.<sup>[141][161][167][183][184][185][186]</sup> Entre 2003 e 2011 mais de 500 índios foram assassinados, em conflitos geralmente ligados à posse de terras. Em 2012 o índice de violência contra índios cresceu 237% em relação a 2011.<sup>[186][187]</sup> Em 2013 as lideranças indígenas entregaram uma carta à presidente Dilma Rousseff exigindo medidas urgentes para evitar "a extinção programada" de suas etnias que acusam o governo de orquestrar.<sup>[188]</sup> Segundo o Conselho Indigenista Missionário, em 2018 a violência contra os índios continuava crescendo, com 110 assassinatos, além de 847 casos de omissão e morosidade na regularização de terras; 20 casos de conflito relativo a direitos territoriais; 96 casos de invasões de terra, exploração ilegal de recursos naturais e danos diversos ao patrimônio, e 59 casos de roubo de madeira e minérios, caça e pesca ilegais, contaminação do solo e da água por agrotóxicos, e incêndios, dentre outras ações criminosas. Os casos de suicídio de indígenas chegaram a 128.<sup>[189]</sup> Segundo muitos observadores, o governo Bolsonaro tem promovido o maior ataque à dignidade, à cultura e aos direitos indígenas das últimas décadas,<sup>[190][191][192][193][194][195]</sup> e o presidente tem dado repetidas declarações públicas onde expressa visões depreciativas e preconceituosas sobre os indígenas.<sup>[196]</sup> Para Fiona Watson, diretora de pesquisas da organização Survival International, "continuamos recebendo dezenas de relatórios de todo o Brasil sobre o que parece ser uma guerra aberta contra as comunidades indígenas". Sydney Possuelo, ex-diretor da Funai e defensor dos direitos indígenas, disse que "a situação dos povos indígenas do Brasil nunca foi boa. Mas, durante 42 anos de trabalho na Amazônia, este é o momento mais perigoso que já vi".<sup>[190]</sup>

A posse de suas terras é a maior reivindicação dos índios brasileiros na atualidade.<sup>[167][197]</sup> A terra é a raiz de valores fundamentais para suas culturas. Mas cerca de 90% de todos os processos demarcatórios estão sendo contestados na Justiça, as deliberações costumam se arrastar por décadas e mesmo terras já demarcadas frequentemente são invadidas ou espoliadas com o beneplácito do

governo e da sociedade.<sup>[198][199][200]</sup> Muitos já vivem em cidades, seja forçados à migração pela expulsão das suas terras, seja pelas difíceis condições de subsistência que encontram em reservas pequenas e exaustas, seja procurando as cidades espontaneamente, em busca de maior conforto, reconhecimento, tratamento de saúde, educação ou por outros motivos, mas via de regra vão iludidos e o que encontram lá são condições talvez ainda mais árduas, vivendo em sua maioria em favelas e tentado com muita dificuldade preservar suas tradições, quando não acabam, por força de um contexto desfavorável, as abandonando. Se tornam mais visíveis, e isso tem ajudado na sensibilização geral da população, mas ao mesmo tempo permanecem entre os grupos urbanos mais desamparados, tão à margem da sociedade quanto outras minorias "problemáticas".

Por outro lado sua conscientização política cresce a cada dia, suas demandas agregam apoios diversos, e muitos povos nativos já se encontram mobilizados e unidos através de várias associações, entre as quais se destaca a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, que os representa em nível nacional. Mesmo com os significativos avanços recentes, o caminho que os leva até uma verdadeira equiparação social apenas começou a ser aberto, e muito ainda resta por fazer.<sup>[181][206]</sup> Como sintetizou o antropólogo Rinaldo Arruda, da Universidade de São Paulo,



Índios baré em suas terras, a Comunidade Nova Esperança, 2005

"Na postura ideológica predominante, os índios não fazem parte de nosso futuro, já que são considerados uma excrescência arcaica, ainda que teimosa, de uma *pré-brasilidade*. Uma brasilidade, aliás, que não os reconhece, formada a partir de sua negação.... Do prisma das sociedades indígenas, as contradições, ambiguidades e tensões decorrentes das relações de dependência e subordinação com a sociedade

envolvente permanecem atuantes, assim como ainda prevalecem... os interesses anti-índigenas, exigindo um permanente esforço de resistência, de luta política e de reelaboração de suas formas de reprodução sociocultural... De um lado, o conhecimento dos processos naturais e as práticas de manejo adaptadas às florestas tropicais desenvolvidas por estes povos, por meio da observação e experimentação, cujos resultados acumularam-se em milênios de ocupação da região, têm grande interesse para a ciência e para a sociedade. Por outro, o estilo de vida cooperativo, baseado no desenvolvimento de mecanismos políticos e psicológicos de estabilidade social, colocam questões fundamentais para a humanidade. Mas a questão crucial, que a atualidade nos coloca de forma cada vez mais incisiva, é se haverá a oportunidade e a possibilidade de a humanidade aventurar-se em culturas singulares no interior do sistema mundial, inventando ao mesmo tempo outros contratos de cidadania".<sup>[206]</sup>

## 2- LEGISLAÇÃO E POLÍTICA

Desde os primeiros tempos da colonização o índio recebeu proteção legal. Em 1549, na instalação do Governo-geral em Salvador, apareceu a primeira regulamentação sobre os índios na forma de um Regimento que garantia proteção aos aliados da Coroa e dava aos jesuítas voz ativa nos assuntos relacionados aos índios.<sup>[154]</sup> Em 1680 um Alvará Régio instituiu o indigenato, o reconhecimento do direito congênito e primário dos povos nativos ao seu território tradicional.<sup>[207]</sup> Depois destas leis, muitas outras apareceram para dar salvaguardas aos povos indígenas, mas invariavelmente com poucos efeitos práticos.<sup>[141][208]</sup>

Para tentar resolver alguns desafios mais urgentes, o governo criou em 1910 o Serviço de Proteção ao Índio (SPI). O Serviço garantiu a posse de algumas terras tradicionais aos seus ocupantes e as protegeu contra invasões, e reconheceu a importância de suas culturas originais e suas instituições, mas em tudo sua atuação foi tímida. Depois de o Serviço se desestruturar completamente entre grande controvérsia pública, foi substituído pela Fundação Nacional do Índio (Funai) em 1967. A Funai também não encontrou condições fáceis de trabalho, erguendo-se sobre os escombros do SPI, administrando um contexto de perene carestia de recursos humanos e financeiros, enfrentando prolongadas e desgastantes batalhas jurídicas em múltiplas frentes, e tendo em tempos recentes seus poderes reduzidos, também sob vasta controvérsia. Além disso, toda a política oficial na época continuava a se voltar ao objetivo de assimilar os povos à cultura brasileira, negando-lhes o direito à autodeterminação previsto na *Declaração Universal dos Direitos Humanos* de 1948, embora essa linha de pensamento já não fosse um consenso. Mas ainda foi a base do *Estatuto do Índio*, lei que entrou em vigor em 1973, mesmo que ela tenha trazido muitos avanços para a questão indígena.



Índios durante o julgamento no Supremo Tribunal Federal sobre a demarcação contínua da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, 2008

Muito em virtude da mobilização dos próprios índios, especialmente através da União das Nações Indígenas (UNI),<sup>[214]</sup> uma nova visão foi inaugurada com a *Constituição de 1988*, que declarou "todos são iguais perante a Lei, sem distinções de qualquer natureza" e admitiu o multiculturalismo, reconhecendo vários direitos indígenas importantes, incluindo o direito à posse da terra habitada tradicionalmente e à preservação intacta de suas culturas no ambiente natural necessário para isso. Ocorre que o *Estatuto* e a *Constituição* entraram em conflito em aspectos doutrinários e se tornaram imediatamente polêmicos, e a regulamentação das normas secundárias nunca progrediu como deveria. Além disso, o regime de tutela, à qual os índios estão formalmente sujeitos pelo Estado, como definido no *Estatuto* está em conflito com aquele expresso no *Código Civil*, há disputa sobre o que quer dizer "terras tradicionais", sobre o significado de etnia, e a controvérsia permanece acesa em torno de vários outros conceitos fundamentais. Tudo isso lança os índios num contexto jurídico incerto e incoerente muito desfavorável aos seus interesses.<sup>[141][215][216][217][218]</sup> Também se complica a aplicação de penalidades por crimes cometidos por índios.<sup>[219]</sup>

Diversos outros dispositivos legais em anos recentes contemplaram interesses indígenas em áreas como saúde, meio ambiente, educação, patrimônio arqueológico e imaterial, assistência social, apoio à produção e regularização fundiária.<sup>[220]</sup> Apesar dos diversos decretos, o índio brasileiro tem que se integrar na cultura brasileira para requerer emancipação.<sup>[221]</sup> Instâncias internacionais como as Nações Unidas, a Organização Internacional do Trabalho e a Unesco também têm se empenhado na elaboração de convenções e programas de proteção e fomento às

culturas indígenas de todo o mundo, com destaque para dois marcos internacionais de grande importância: a *Declaração das Nações Unidas sobre Direitos dos Povos Indígenas*, de 2007, e sobretudo a *Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre os Povos Indígenas e Tribais*, de 1989, criada por consequência da outra, o único instrumento internacional referente aos índios com força de lei, do qual o Brasil é signatário.

Mesmo com tantas garantias, o Congresso Nacional e as cortes de justiça do Brasil se tornaram arenas de conflitos legais intermináveis, e sob pressão de lobby econômico e político inúmeros projetos de lei apresentados nos últimos anos vêm tentando sabotar ou reverter as conquistas já realizadas, colocando mais combustível numa polêmica antiga que continua degenerado para a violência armada.

### Articulação interna



Acampamento Terra Livre de 2011



Cacique Raoni, da etnia caiapó, uma das figuras mais respeitadas do movimento indígena na atualidade

As associações e organizações indígenas surgiram no Brasil nos anos 1970-80, a partir de um rápido processo de conscientização política entre as tribos ocorrido com importante apoio da Igreja Católica.<sup>[232]</sup> Marçal de Souza, Ailton Krenak, Marcos

Terena e Raoni, entre outras lideranças, começavam a se tornar notórias até internacionalmente, e surgiam organismos como o Warã Instituto Indígena Brasileiro e o Grumin — Rede de Comunicação Indígena.<sup>[181][233][234][235][236][237][238]</sup> O debate para a *Constituição de 1988* deu outro impulso à articulação, formando-se a UNI, a cuja influência se devem muitos dos avanços expressos na nova lei, estimulando também a criação de novas organizações. Nesta época o Ministério Público passou a dar grande atenção aos índios, favorecido pelo novo contexto jurídico e por reformas administrativas.<sup>[214]</sup> Mas somente em 2005 é que foi conseguida uma integração poderosa e permanente em nível nacional, materializada na Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), fruto do consenso obtido entre as lideranças reunidas no Acampamento Terra Livre, montado anualmente na Esplanada dos Ministérios, em Brasília, exatamente para ganhar visibilidade e sensibilizar o poder público sobre as necessidades urgentes das tribos.<sup>[181][233][235]</sup> Segundo o cientista político Bruno Lima Rocha, a APIB "eleva o status desta luta, pois ao gerar a auto-representação, ultrapassa a condição de tutela e delegação indireta através de entidades como o Conselho Indigenista Missionário e as contradições permanentes na Fundação Nacional do Índio".<sup>[235]</sup>

Em 2006, pesadamente pressionado, o governo criou a Comissão Nacional de Política Indigenista, subordinada à Funai, com o objetivo expresso de "auxiliar na articulação intersetorial do governo e proporcionar uma maior participação e controle social indígena sobre as ações governamentais".<sup>[181]</sup> Os índios brasileiros tentam fortalecer sua integração interna e o diálogo com o restante da sociedade através de muitas outras iniciativas, independentes ou em parceria com entidades e o governo, como os Jogos dos Povos Indígenas, encontros culturais e as assembleias estaduais, e mantêm websites para a divulgação de sua cultura e dos desafios que enfrentam.<sup>[239][240][241]</sup> Igrejas, acadêmicos, ONGs e vários outros segmentos sociais nas décadas recentes têm dedicado atenção aos índios brasileiros, e lhes têm dado significativa ajuda em muitas de suas reivindicações.<sup>[242][214]</sup>

### Demografia



Mapa do Brasil mostrando a distribuição dos principais povos indígenas à época do descobrimento.

É provável que a miscigenação não tenha sido tão intensa como aquela entre portugueses e africanos e, quando comparado com outros países da América Latina, a contribuição indígena no Brasil é bem menor, mas ela existe. Esse processo ainda está em curso. Segundo a Fundação Nacional do Índio, cerca de 25 por cento da população indígena da Amazônia já mora em cidades e só metade deste contingente se considera indígena, mesmo falando sua língua original e praticando rituais. Considera-se que os brasileiros que têm alguma ascendência indígena são vários milhões.<sup>[5]</sup>

No entanto, essa população miscigenada com ascendência distante não é considerada indígena, e os índios autênticos declinaram incessantemente desde o início da colonização.<sup>[161]</sup> O primeiro inventário sobre eles só foi feito em 1884, pelo viajante alemão Karl von den Steinen, que registrou a presença de quatro grupos ou nações indígenas de acordo com as suas línguas: tupi, macro-jê, caribe e aruaque.<sup>[50]</sup> Estimativas recentes da população indígena na época do Descobrimento apontam que existiam no território brasileiro mais de mil povos, com um total de aproximadamente 5 milhões de pessoas, talvez mais, mas nos anos 60 sobreviviam somente cerca de 120 mil indivíduos,<sup>[161]</sup> e os números continuaram a cair até os anos 80, chegando-se a pensar que sua extinção completa era inevitável. Porém, com programas de auxílio do governo, depois disso a tendência passou a ser de crescimento populacional.<sup>[1][2]</sup>

Em 2006 eram 215 os povos indígenas, com uma população de aproximadamente 345 mil índios, segundo dados da Funai.<sup>[243]</sup> Mas no Censo de 2010 817.963 pessoas se autodeclararam índias,<sup>[1][2][244]</sup> um aumento súbito que se explica pela mudança nos critérios de identificação dos índios, e não por fatores demográficos.<sup>[245]</sup> Araújo *et alii*, em publicação do MEC/Unesco, reconhecem que os dados são incertos: "O Brasil não tem ainda uma estimativa precisa sobre a população indígena em seu território. Como até hoje nunca se fez um censo indígena, as contagens variam e oscilam na medida em que se baseiam em informações de diferentes e heterogêneas fontes".<sup>[243]</sup> Hoje sete povos têm menos de 40 integrantes e alguns têm menos de 10.<sup>[1]</sup>

Abaixo, dados dos recenseamentos do IBGE de 2000 e 2010, demonstrando em percentual os dez municípios brasileiros com maior população autodeclarada indígena:

### Dados de 2000

- 1) São Gabriel da Cachoeira (AM) – 76,31%
- 2) Uiramutã (RR) – 74,41%
- 3) Normandia (RR) – 57,21%
- 4) Santa Rosa do Purus (AC) – 48,29%
- 5) Ipuaçu (SC) – 47,87%
- 6) Baía da Traição (PB) – 47,70%
- 7) Pacaraima (RR) – 47,36%
- 8) Benjamin Constant do Sul (RS) – 40,73%
- 9) São João das Missões (MG) – 40,21%
- 10) Japorã (MS) – 39,24%

### Dados de 2010<sup>[247]</sup>

- 1) Uiramutã (RR) – 88,1%
- 2) Marcação (PB) – 77,5%
- 3) São Gabriel da Cachoeira (AM) – 76,6%
- 4) Baía da Traição (PB) – 71,0%
- 5) São João das Missões (MG) – 67,7%

- 6) Santa Isabel do Rio Negro (AM) – 59,2%
- 7) Normandia (RR) – 56,9%
- 8) Pacaraima (RR) – 55,4%
- 9) Santa Rosa do Purus (AC) – 53,8%
- 10) Amajari (RR) – 53,8%

### ***Povos isolados***



Aldeia de índios isolados, no Acre

Há vários registros de avistamento de povos indígenas sem contato com a civilização. A Funai criou em 1987 um departamento especial para tratar deles,<sup>[248]</sup> e segundo seus dados de 2013 são 32 os povos isolados no Brasil, com um total de cerca de dez mil pessoas.<sup>[249]</sup> Mas os dados são controversos. Em outro documento ela acusou a existência de 69 povos,<sup>[250]</sup> e o CIMI, por sua vez, apontou em 2012 para 98.<sup>[251]</sup> Como se pode imaginar, sabe-se muito pouco sobre eles, e a partir de más experiências anteriores, para preservar a integridade de suas culturas agora é política da Funai só se aproximar de isolados em caso de ameaça à sua sobrevivência. Foi o que aconteceu com uma tribo dos cauáivas que vive em uma área do município de Colniza, Mato Grosso, cuja existência se desconhecia até seu território ser invadido por fazendeiros em 2005, colocando-os em risco iminente de agressão ou contágio.

Vários desses avistamentos ocorreram dentro de reservas já demarcadas, o que favorece sua proteção, mas outros estão expostos em regiões que sofrem grande pressão ambiental, e seu destino é muito incerto. Alguns grupos, como os himerimã, os apiacás do matrinxãs e os catavixis, fizeram contato em tempos anteriores mas decidiram voltar ao isolamento, e outros fazem contato com outros índios mas não com civilizados.<sup>[253]</sup>

### 3- POVOS EMERGENTES



#### Família de cariris

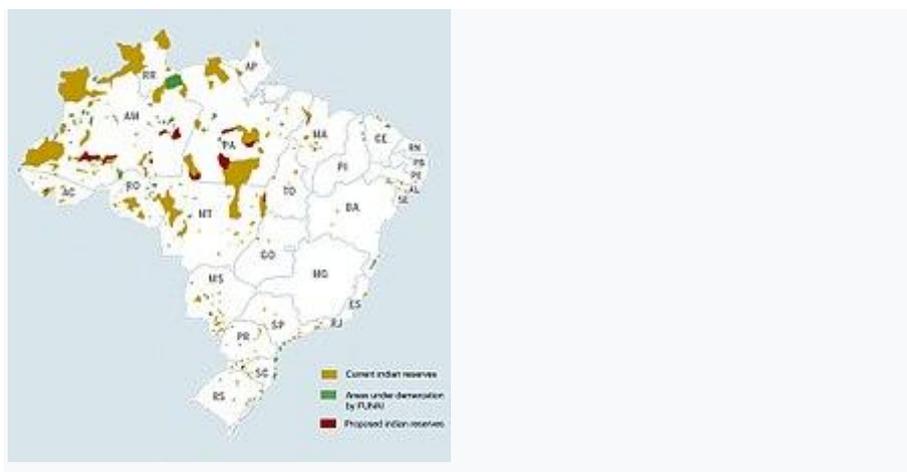
Ao longo do século XX apareceram grupos miscigenados reivindicando a condição de "povo indígena". Este processo, chamado etnogênese, tem ocorrência em todo o mundo. No Brasil ocorre principalmente na região Nordeste. São dezenas de grupos requerendo reconhecimento, sendo exemplos os náuas, matipus, caxixós, apiuns, cariris, calabças, os tabajara da Paraíba, os tapebas, pitaguaris, tremembés, canindés, os tupinambás de Olivença e os kalankó.<sup>[254]</sup> Para a antropologia, etnia, além de envolver elementos culturais e genéticos, é um grupo social. A etnogênese se justifica, portanto, como um processo de fundo social e político baseado em uma autoidentificação. Porém, a transformação qualitativa gerada pelo reconhecimento formal como índios é ambígua e controversa. Por um lado, passam muitas vezes a ser vistos como "menos índios" que os outros índios, não merecendo o mesmo tratamento, enquanto que ao mesmo tempo já não são "civilizados", perdendo direitos correspondentes, podendo fazê-los cair em uma espécie de limbo jurídico e social.<sup>[255][256][257][258]</sup> Na análise de José Maurício Arruti, antropólogo do Museu Nacional,

"Importa compreender as razões, os meios e os processos que permitem um determinado agregado qualquer se instituir como grupo, ao reivindicar para si o reconhecimento de uma diferença em meio à indiferença, ao instituir uma fronteira onde antes só se postulava contiguidade e homogeneidade. Se o etnocídio é o extermínio sistemático de um estilo de vida, a etnogênese, em oposição a ele, é a construção de uma autoconsciência e de uma identidade coletiva contra uma ação

de desrespeito (em geral produzida pelo Estado nacional), com vistas ao reconhecimento e à conquista de objetivos coletivos".<sup>[255]</sup>

Mas às vezes essas reivindicações são criticadas como fraudulentas, objetivando apenas a obtenção de terras e benefícios oficiais e o atingimento de resultados políticos, e os conflitos são frequentes.<sup>[259][260]</sup> Como exemplo, um colunista da revista *Veja* afirmou em 2013 que de 15 reservas propostas para demarcação no Paraná, em 5 os índios só "apareceram" ali em 2007, e nas outras, em 2012, e "o único 'povo tradicional' nas áreas reivindicadas pela Funai são os produtores rurais".<sup>[260]</sup>

### ***Terras indígenas***



Mapa de reservas indígenas brasileiras em 2008

Em 1961 foi criado o Parque Indígena do Xingu, a primeira reserva indígena brasileira a ser criada numa perspectiva multicultural, após forte atuação dos irmãos Villas-Bôas, do Marechal Rondon e de Darcy Ribeiro, entre outros indigenistas, para que a natureza, os povos nativos da região, suas culturas e costumes fossem preservados em sua inteireza e diversidade.<sup>[261][262][263]</sup> O governo estabeleceu recentemente uma política territorial específica para os índios, consagrada na *Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas*, que procura criar "estratégias integradas e participativas com vistas ao desenvolvimento sustentável e à autonomia dos povos indígenas".<sup>[264][265][266]</sup> Outras organizações, incluindo estrangeiras, auxiliam o governo nessa difícil tarefa, mas algumas repetidamente são acusadas de servirem a interesses não revelados. Nesse sentido, controles mais rígidos sobre a atuação dessas organizações junto às comunidades

indígenas estão sendo estudados.<sup>[214][267]</sup> O modelo das reservas indígenas demarcadas pela Funai difere no modelo norte-americano, no qual a propriedade das terras passa a pertencer aos povos indígenas. No Brasil, as reservas indígenas demarcadas pela Fundação Nacional do Índio são patrimônio inalienável da União, cedidas para posse e usufruto vitalício dos índios, não havendo, portanto, como associá-las a uma perda de soberania ou ameaças à segurança nacional, como tem sido alegado por muitos militares de alta patente.<sup>[152][202][268]</sup>

Em 2006 eram 582 terras indígenas, com uma extensão total de 108.429.222 hectares, equivalendo a 12,54% de todo o território nacional. A maior parte está localizada na Amazônia, com 405 terras distribuídas em 103.483.167 hectares, que correspondem por cerca de 99% da área total de terras indígenas brasileiras. Dois terços da população indígena vive nessas reservas amazônicas, e o restante se comprime no 1% de território que lhe coube nas outras regiões todas somadas.<sup>[243]</sup> No censo de 2010 foram assinaladas 611 terras indígenas e aldeias urbanas, e muitas outras estão em discussão.<sup>[269]</sup> Segundo a Funai, em 2012 havia 683 terras cadastradas no seu Sistema de Terras Indígenas, estando elas em diferentes graus de regularização. 406 estavam plenamente regularizadas, mas 20% das reservas estavam invadidas. Todos os estados brasileiros, incluindo o Distrito Federal, possuem comunidades indígenas.<sup>[250]</sup>

O problema da demarcação de reservas desde os tempos coloniais tem sido acompanhado de grande controvérsia, violência e denúncias repetidas de corrupção oficial e violações de direitos humanos.<sup>[231][270][271][272]</sup> As reservas não amazônicas são os principais palcos de conflito, sendo todas áreas pequenas, densamente povoadas e pesadamente pressionadas pelo entorno civilizado.<sup>[243]</sup> Em 2012 o índice de violência contra índios cresceu 237% em relação ao ano anterior, em crimes geralmente associados à questão das terras. Segundo o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), 563 índios foram assassinados nos últimos dez anos no país.<sup>[273]</sup>



Lideranças da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil são recebidas pelo Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, e outros oficiais do governo em 2012. Os índios protestam contra a *Portaria 303*, considerada uma ameaça à integridade das terras indígenas



Indígenas guarani-caiouás em acampamentos improvisados à beira da rodovia que liga as cidades de Amambaí e Ponta Porã, 2011

A oposição aos interesses dos índios é grande, especialmente nos setores ligados ao agronegócio, empreiteiras e indústrias, que usam de seu enorme poder de influência política e econômica para sustentar argumentos invalidados pela Lei, pela ética elementar ou pela melhor ciência.<sup>[274][275][276][277][278][275]</sup> Por exemplo, é frequente a alegação de que se os índios continuarem a receber terras como vinham recebendo na última década, em breve esgotariam os estoques disponíveis, impedindo o crescimento da produção primária e criando sério risco para a segurança alimentar nacional. Mas os estudos em que baseia esta tese foram criticados como falhos mesmo por funcionários do governo, e de acordo com a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência e outras instituições de alto gabarito, a alegação positivamente não tem fundamento na realidade.<sup>[279][280][281]</sup> Outros atos governamentais considerados ameaças à sua sobrevivência, à sua integridade cultural e aos seus direitos constitucionais à terra,

aparecem na forma de leis promulgadas recentemente ou em tramitação. O CIMI afirmou em 2013 que "há mais de uma centena de proposições legislativas contrárias aos direitos dos povos em tramitação nas duas casas do Congresso".<sup>[282]</sup> Projetos do governo ou de privados em terras tradicionais, não autorizados pelos índios como manda a *Constituição*, entre eles represas, minerações e estradas, são as maiores fontes de conflito.<sup>[231][270][283][284][285]</sup> Tais medidas são justificadas em geral em nome do "relevante interesse da União", uma possibilidade prevista constitucionalmente, mas que tem sido interpretada com cada vez maior largueza, gerando múltiplos protestos na sociedade e até em setores do próprio governo.<sup>[187][231][283][286][287][288]</sup> A própria Funai teve seus poderes diminuídos recentemente, passando a compartilhar a atribuição de demarcar terras, antes exclusividade sua, com vários outros órgãos do governo ligados ao desenvolvimento econômico e social,<sup>[289][290]</sup> e para muitos índios ela está sucateada, corrompeu-se e perdeu a credibilidade.<sup>[210][291][292][293]</sup> Os casos de abuso contra os direitos constitucionais dos indígenas às suas terras se repetem, e o impacto pode ser ilustrado pela situação dos guarani-caiouás, uma das etnias mais fortemente pressionadas pela perda e invasão de suas terras, na descrição do Ministério das Relações Exteriores:

"Nos últimos anos, a Funai tem investido muito para recuperar os territórios tradicionalmente ocupados pelos guarani-caiouás e dominados irregularmente por produtores de soja e agropecuaristas, a fim de garantir a sobrevivência física e cultural deste grupo que, no passado, se espalhava da região Centro-Oeste até o Sul do País. A perda gradual do espaço geográfico da aldeia (*tekoha*) comprometeu a organização social dos guarani-caiouás, fortemente ligada aos seus conceitos míticos. O espaço da aldeia tem uma relação com o sagrado e a sua perda implica uma falta de referencial para as demais atividades do grupo. Não só a perda do *tekoha* alterou os aspectos culturais desses índios. O processo de anulação dos valores culturais dos guarani-caiouás se deveu, em grande parte, à presença de várias seitas protestantes, que penetram no grupo com o objetivo de dar-lhes assistência. Esta influência das missões religiosas, impondo conceitos estranhos a eles, como o do pecado, gerou conflitos. Sem o referencial místico, intrínseco à terra que deveriam ocupar, e contaminados por outros entendimentos de religiosidade,

muitos índios viram e ainda vêem no suicídio uma alternativa para acabar com o próprio conflito interno. Quando não tomam esta atitude extrema, entregam-se ao consumo de bebidas alcoólicas, que, igualmente, leva à sua degradação. Alguns, entretanto, buscam a alternativa de se empregarem nas fazendas instaladas em suas terras tradicionais. Esta decisão, por si só, já representa um total distanciamento do padrão cultural de um guarani-caiouá".<sup>[43]</sup>

Segundo Roberto Liebgott e Iara Bonin, coordenadores do CIMI, refletindo um consenso entre os especialistas,



Revoltados com a *Proposta de Emenda à Constituição 215*, que dá ao Congresso Nacional poderes para demarcar as terras indígenas, centenas de índios invadiram o plenário da Câmara dos Deputados em 16 de abril de 2013

"A condição primordial para qualquer relação respeitosa que se pretenda com os povos indígenas é a demarcação e garantia de suas terras. Não há como assegurar a vida, a cultura, a existência digna desses povos fora de seus territórios. Mas, evidentemente, esta garantia não é suficiente.... Infelizmente, todas as referências culturais e as formas de representação que produzimos sobre os povos indígenas nos levam a pensar que eles são frágeis, menos desenvolvidos, menos cultos, menos civilizados, menos dispostos ao trabalho, e que suas culturas são primitivas, menos complexas, menos valiosas. Tudo isso precisa ser problematizado. A grande questão é que somos impelidos a pensar a existência indígena em função de nossa própria existência. Neste caso, afirmamos a tolerância para com eles, mas nunca nos perguntamos quem somos nós para tolerar, aceitar ou permitir que eles vivam do modo que desejarem. Um bom começo para repensarmos as bases dessa relação seria reconhecermos que os povos indígenas possuem suas formas próprias de viver, e isso independe de nossa aprovação, aceitação ou tolerância".<sup>[232]</sup>

A falta de demarcação gera outros efeitos negativos além dos descritos, pois somente comunidades residentes em áreas regularizadas podem receber oficialmente uma série de serviços de educação, fomento agrícola e social.<sup>[294]</sup> A solução do problema das terras indígenas terá importantes repercussões tanto para a sobrevivência daqueles povos quanto para a conservação das florestas. O Brasil é o campeão mundial em desmatamento, e sofre com inúmeras outras ameaças que põem em risco a biodiversidade e os ecossistemas, como a poluição e o aquecimento global.<sup>[231][295][296]</sup> Neste sentido, o papel dos índios instalados em suas terras de direito e mantendo seus hábitos tradicionais é importante na medida em que essas comunidades são consideradas exemplos em manejo sustentável das florestas. O *Millennium Ecosystem Assessment*, uma das maiores sínteses científicas das últimas décadas sobre o meio ambiente, declarou que, embora ainda sejam necessários estudos científicos mais profundos, os povos indígenas podem ser tão efetivos para a preservação das florestas quanto sua transformação em santuários ecológicos convencionais.<sup>[296]</sup>

### 4- ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO



Índios guarani semi-aculturados vivem em situação de pobreza na região das Missões, onde as reservas são pequenas e disputadas

Índios mundurucus chegam em Brasília para pedir a suspensão de empreendimentos energéticos na Amazônia e discutir outras reivindicações indígenas, 2013

Já são raras as tribos que podem viver de acordo com suas antigas práticas, até mesmo os povos isolados estão sob crescente pressão.<sup>[251]</sup> Este problema está diretamente ligado à conflituosa questão de suas terras. Em 2003, mais de 90% das tribos enfocadas em um estudo de Peter Schröder dependiam principalmente da agricultura. A caça e a pesca, antes muito importantes, ainda são praticadas por quase todas as tribos, mas na maioria das vezes em escala limitada.<sup>[297]</sup> Piora o problema o fato de que muitas reservas são pequenas, seus recursos naturais estão se exaurindo e já não têm condições de sustentar comunidades em crescimento.<sup>[201]</sup> Cerca de um terço das reservas enfrenta dificuldades no abastecimento de alimentos e nas infra-estruturas, tornando a desnutrição e a pobreza problemas recorrentes,<sup>[298]</sup> e forçando muitos à migração para fazendas da região ou para as cidades, em busca de melhores condições.<sup>[299][300]</sup> Alguns, porém, migram em busca de educação, de reconhecimento, de atendimento médico e outros motivos. Já são muitos os índios que cursam universidades, exercem profissões liberais e técnicas e mesmo ingressam na política partidária — como foi o caso do notório Juruna —, influenciando a realidade nacional em múltiplos níveis.

Constitucionalmente os índios têm direito à participação nos lucros derivados de investimentos e obras em suas terras, mas como a Lei nem sempre é cumprida, em grande número de casos os povos acabam explorados sem compensações adequadas, sofrendo sérios impactos sociais negativos e vendo o ambiente de que precisam para viver ser destruído e poluído. Projetos de mineração, usinas hidrelétricas, exploração madeireira, agropecuária, grilagem de terras e obras de infraestrutura como estradas e linhas de transmissão energética, são os que geram mais problemas.<sup>[305][306][307][308]</sup> Muitas comunidades já tomaram conhecimento, através dos civilizados, do aquecimento global e dos prejuízos que o fenômeno vem causando para o meio ambiente em todo o mundo, danos que eles corroboram através de observações diárias, sofrendo com as mudanças nas chuvas, com a redistribuição ou declínio de espécies selvagens, e com as secas mais intensas, que prejudicam suas economias baseadas na terra.<sup>[309]</sup>

Outras dificuldades advêm dos múltiplos modelos produtivos adotados tradicionalmente pelos vários povos, complicando o estabelecimento de políticas consistentes. Em geral suas economias se caracterizam pela ausência de instituições formais de produção e distribuição de produtos, pelo baixo grau de especialização, pelo baixo nível tecnológico, pelos mercados pequenos, por um sistema de trocas não monetárias, pela ênfase (ainda que não exclusiva) na economia de subsistência, e pela complexidade da integração com o sistema civilizado.<sup>[297]</sup> Contudo, uma expressiva parcela da população autodeclarada como indígena, calculada em 2006 entre 100 e 190 mil pessoas (mas podem ser até 350 mil) já não vive em reservas,<sup>[299][310]</sup> e está plenamente imersa no sistema econômico capitalista, embora em geral, com muito menos preparo, atua em grande desvantagem em relação aos seus irmãos civilizados e obtém resultados bem mais fracos. A maioria acaba virando mão de obra barata e termina seus dias em favelas nos grandes centros urbanos, incapaz de conquistar uma vida digna.<sup>[297][299][300][311]</sup>



Representante fulni-ô fala da cultura de seu povo para escolares no Jardim Botânico de Brasília, em comemoração do Dia do Índio, 2011

Para ajudar a resolver esses desafios o governo e entidades privadas, em parceria com as comunidades, estão desenvolvendo vários projetos para o desenvolvimento econômico e social das tribos, enfocando o manejo sustentável dos recursos naturais, a organização de cooperativas, grupos de artesãos e outras formas de economia solidária, e articulação de um sistema de comércio integrado ao civilizado, colocando excedentes de colheitas ou artefatos étnicos em feiras regionais, o que tem sido importante fonte de renda para muitas comunidades.<sup>[297][308][312][313][314]</sup> Embora essas iniciativas atendam a demandas urgentes de sobrevivência, têm o inconveniente de estreitar cada vez mais os laços dos indígenas com a civilização, dissolvendo progressivamente seus costumes tradicionais, um fenômeno que causa por si diversos efeitos deletérios sobre os indivíduos e grupos, como já foi explicado.<sup>[297][313]</sup> Mas segundo Ana Carolina Coimbra, trabalhando sobre o caso dos fulni-ô mas descrevendo uma conjuntura que é comum, disse que os índios têm procurado absorver essas mudanças legítima e criativamente: "Este tipo de ação está inserido em um processo de mudança cultural que implica na re-significação de elementos externos à cultura a partir de uma lógica própria. Neste caso específico, o contexto em que estão inseridas as comunidades indígenas as leva à apropriação de um discurso político étnico visando sua autodeterminação e autogestão, e a uma conseqüente revalorização cultural".<sup>[313]</sup>

## 5- EDUCAÇÃO



Antonio Ruiz de Montoya: *A Arte da Língua Guarani*, 1724, um dos vários manuais técnicos produzidos pelos missionários para seus propósitos educativos

Originalmente os ensinamentos eram transmitidos de pais para filhos em situações práticas, mas também através da arte, de lendas, mitos e ritos de passagem de caráter religioso e público, e de fato toda a comunidade participava da educação de suas crianças.<sup>[38][41][53][61][113]</sup> A partir da colonização europeia, todo esse sistema se viu na contingência de mudar, introduzindo-se o ensino por mestres especializados, os professores, com disciplinas compartimentalizadas e de fraca vinculação com a realidade de suas vidas e sua herança cultural. Nos tempos coloniais, praticamente, a educação que se ministrou aos índios se resumiu ao catecismo religioso, utilizando frequentemente formas artísticas ocidentais para seduzí-los para Cristo, como o teatro e a música, que fascinavam os povos nativos, e algumas letras mais avançadas eram dadas aos caciques e seus filhos. Os demais podiam ser preparados em ofícios mecânicos e artísticos e técnicas agropastoris. Lógico, buscou-se a abolição da diversidade linguística em favor de uma unidade lusófona. Não obstante, durante muito tempo chegaram a se falar línguas crioulas de vasta ocorrência geográfica, híbridos compostos de várias línguas indígenas regionais em mistura ao português, como a língua geral paulista e o nheengatu, que produziram

prolífica literatura devocional e técnica. Porém, foram etapas intermédias num projeto de uniformização linguística e educativa total, consagrado pelo Marquês de Pombal em meados do século XVIII. Neste processo, muitos elementos culturais e práticas educativas originais se desvirtuaram. Desde o início se patentearam diferenças culturais aparentemente intransponíveis, e a adequação do sistema educativo ocidental à transmissão do pensamento e da cultura nativa tem sido desde então objeto de perene controvérsia e fonte de conflito.

O governo delimitou seu campo através de vários instrumentos legais, especialmente a *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*, e instituições específicas sob o comando atualmente do Ministério da Educação em parceria com a Funai,<sup>[317][323]</sup> tem destinado grandes recursos para a educação dos índios nas reservas e fora delas, inclusive em cursos superiores, e também dos não índios a respeito da realidade nativa. Os próprios indígenas estão envolvidos nestas atividades educacionais de várias maneiras, agrupando-se em associações para preservação e divulgação de tradições, formando-se professores e produzindo material didático em línguas nativas, mas no contexto da educação formalizada e homogeneizadora do Brasil moderno, tem sido complexa a tarefa de preservar tradições para os que vivem mergulhados nelas mas as estão perdendo, e traduzi-las com fidelidade para uma outra cultura,<sup>[106][323][324][325][326]</sup> e ainda parecem prevalecer apresentações estereotipadas e simplistas, reiterando conceitos ultrapassados e atrasando os avanços em direção ao entendimento mútuo.

Deve ser notado que o programa de educação indígena do governo tem um perfil flexível, buscando adaptar o modelo padronizado às necessidades das comunidades, preservando as línguas, usando materiais preparados no local por professores índios, elaborando currículos diferenciados, incluindo a comunidade no estabelecimento de parâmetros e adequando o calendário escolar ao ritmo de vida tradicional das tribos.<sup>[317]</sup> A meta do governo é que todos os professores das escolas em reservas sejam índios.<sup>[325]</sup> Mas além da problemática implícita no modelo educativo, as próprias infraestruturas educativas nas aldeias são precárias. Segundo estudo de Rangel & Liebgott,



Índias canela em escola de aldeia maranhense



Escultura em pedra da cultura sambaqui pré-cabralina, representando um tubarão. Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia da Universidade Federal de Pelotas

"Os dados indicam que não há escolas que assegurem a conclusão do ensino fundamental e que, na quase totalidade das comunidades indígenas, não há ensino médio. Impondo, com isso, que os estudantes indígenas frequentem as escolas dos municípios, onde lhes são negados os direitos a uma educação escolar diferenciada. Os dados apresentados pelo CIMI indicam que a política de educação escolar indígena está relegada, basicamente, aos municípios, que impõem as condições, os profissionais e os currículos escolares. Os chamados territórios etnoeducacionais, apresentados pelo Ministério da Educação, são ainda uma mera ficção, ou seja, não estão em funcionamento, os povos indígenas não os conhecem e sequer sabem como poderão ser implementados".<sup>[329]</sup>

As carências envolvem falta de instalações adequadas para as aulas, de transporte, de merenda escolar, de professores e materiais didáticos. A educadora Iara Bonin afirmou que "para muitos estados e municípios, a oferta de educação escolar indígena específica e diferenciada é vista como uma regalia, uma concessão, e não como um direito dos povos indígenas". Também há denúncias de alijamento das comunidades nos processos decisórios e de implementação de projetos educativos sem o necessário consentimento prévio dos povos. Alunos que conseguem progredir

até os cursos superiores também são afetados, sendo ouvidas contínuas queixas de atrasos no repasse das bolsas de estudo e outros auxílios, criando dificuldades de transporte, moradia e alimentação, importantes para assegurar sua permanência nas universidades.<sup>[330]</sup>

A alfabetização dos indígenas nos vernáculos, paralelamente ao trabalho sistematizador dos linguistas, também tem tido o efeito de gerar literatura, fato de fundamental importância num contexto de progressiva dissolução e esquecimento das tradições e mitos, e tem capacitado os índios para registrar de maneira duradoura sua própria versão da História e descrever suas visões de mundo com autenticidade, corrigindo interpretações distorcidas dos civilizados, possibilitando além disso a preservação das próprias línguas e a maior divulgação de suas culturas. Fortalece ainda o senso de identidade das tribos, lhes infunde mais orgulho de suas origens e dá bases para eles elaborem formas próprias de pedagogia.<sup>[331][332]</sup>

Para os civilizados, o assunto indígena faz parte hoje do currículo escolar brasileiro desde o nível primário,<sup>[333]</sup> e permanece muito explorado até as pós-graduações, havendo muitos museus, pontos de cultura, grupos e instituições que se dedicam a conservar e divulgar a riqueza e a diversidade do patrimônio arqueológico, histórico e artístico dos índios, bem como de sua cultura imaterial, que estão seriamente ameaçados.<sup>[98][114][334][335]</sup> Incontáveis programas de estudos acadêmicos em andamento objetivam melhor entender a sociedade indígena para melhor dialogar com ela, e também pelo mérito do seu interesse intrínseco, que tem sido reconhecido por especialistas como imenso, podendo dar contribuição valiosa para um mundo que hoje se debate em uma profunda crise de valores humanos, sociais e ecológicos.

## 6- SAÚDE



Indígenas em luta esportiva, exibindo seus corpos fortes e bem constituídos, mas alguns já mostram sinais de obesidade



Abertura da 5ª Conferência Nacional de Saúde Indígena, 2013



Indígenas de várias etnias da reserva do vale do Javari invadem a tenda Revolução Cubana e o Centro de Imprensa do Fórum Social Mundial pedindo mais saúde e denunciando várias mortes por hepatite nos últimos anos, 2009

Sabe-se que os índios gozavam originalmente de boa saúde, tendo corpos mais fortes e robustos do que os europeus,<sup>[339]</sup> exercitados nas artes militares, na

produção de artefatos e construção de cabanas, nas contínuas atividades físicas em seu cotidiano de estreito contato com a Natureza, movimentando-se sempre a pé ou em canoas de remo, na caça e pesca, na agricultura, e nos esportes como a *huka-huka* (uma luta), o cabo-de-guerra, o *xikunahity* (um "futebol" em que a bola é impulsionada exclusivamente por cabeceios), a corrida carregando toras de madeira e o *rõkrã* (um jogo com bastões e uma pelota).<sup>[340]</sup> Sua longevidade nos tempos pré-cabralinos é incerta, mas sobrevivem relatos dos primeiros exploradores, no entanto, afirmando que muitos viviam até velhice avançada, conhecendo até quatro gerações de descendentes.<sup>[339]</sup>

Suas práticas de cura tinham caráter xamanístico e ritual, possuindo conotações mágicas e religiosas, e as doenças frequentemente eram atribuídas a origens sobrenaturais. Em sua medicina usavam ervas, produtos animais e procedimentos físicos invasivos, que podiam incluir sangrias e escarificações.<sup>[341][342]</sup> Muitas vezes o atendimento de saúde tradicional distribuía funções entre várias figuras além do curador principal, o pajé, incluindo rezadores e benzedeiros, conhecedores de ervas e parteiras. Diversos de seus conhecimentos foram aproveitados pelos europeus desde o início e hoje estão sendo estudados pela ciência e em parte incorporados ao sistema de saúde indígena organizado pelo governo.<sup>[343][344][345]</sup>

Como já foi dito, depois da chegada dos portugueses inúmeras epidemias de doenças desconhecidas na América dizimaram populações inteiras, entre elas malária, tuberculose, infecções respiratórias, hepatite e doenças sexualmente transmissíveis.<sup>[346][347]</sup> O problema continua, e de acordo com o Instituto Socioambiental é um dos tópicos mais delicados de toda a questão indígena brasileira.<sup>[348]</sup> Desde sua origem a Funai se responsabilizou pelo atendimento sanitário dos índios, envolvendo para isso diversos outros órgãos e instituições, entre elas a Fundação Nacional de Saúde (Funasa), que gerencia a seção indígena do Sistema Único de Saúde. Em 1999 o sistema foi reorganizado e descentralizado, criando-se o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena e 34 Distritos Sanitários Especiais, com bons resultados, mas historicamente o atendimento sempre foi no geral insatisfatório, e as críticas proliferavam. Noticiavam-se casos de retorno epidêmico de doenças já controladas, sucateamento da infra-estrutura, corrupção oficial, autoritarismo e descaso no atendimento e excesso de burocracia.

A desnutrição infantil se tornava uma ameaça séria, vitimando crescente número de crianças. A situação calamitosa invocou a intervenção do Ministério Público.<sup>[347][348][349][350]</sup> Em 2010, depois de pressão das comunidades, o governo criou uma secretaria especial para tratar da questão, vinculada diretamente ao Ministério da Saúde, que encampou a administração dos Distritos Sanitários. Estes órgãos atendem os casos mais simples. Quadros complexos são encaminhados a hospitais regionais mais aparelhados. Os Conselhos Indígenas de Saúde, que contam com membros das comunidades, controlam o funcionamento do sistema de saúde voltado para os índios. Na prática, porém, o setor, assim como todo o resto da questão indígena, está sempre enfrentando carências múltiplas, e sendo centro de inúmeras críticas e controvérsias, mesmo internas.

Atualmente o principal marco legal específico para a área de saúde é a *Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas*, regulamentada pela *Portaria nº 254*, de 31 de janeiro de 2002.<sup>[346]</sup> Dados do governo de 2006 apontam que entre os problemas de alta ocorrência estão anemia, diarreia, tuberculose, doenças de pele, infecções respiratórias, e doenças crônicas como obesidade, hipertensão arterial e diabetes mellitus. Cerca de um terço das reservas enfrenta dificuldades de abastecimento alimentar, gerando desnutrição.<sup>[298]</sup> Segundo pesquisa da Unesco em parceria com o Ministério da Cultura e o Museu Nacional, nos últimos anos se verifica uma transição epidemiológica entre os povos nativos. Se antes predominavam as doenças infecciosas e parasitárias, agora estão em rápida ascensão as doenças crônicas não transmissíveis e as doenças sociais.<sup>[347]</sup> Têm sido registrados crescentes taxas de transtornos psicológicos e psiquiátricos, bem como de suicídios, homicídios, abuso sexual, violência doméstica, drogadição e alcoolismo. A perda de suas terras e a proximidade com a civilização, que levam à desagregação das culturas, são as principais causas apontadas.<sup>[341][342][347]</sup> Toda a questão é complicada pela falta de conhecimentos mais sólidos sobre a epidemiologia, os hábitos de alimentação, higiene corporal e conservação da saúde entre os povos indígenas.<sup>[298][342][347]</sup> Embora o governo subsidie diversos projetos acadêmicos de pesquisa,<sup>[347][353]</sup> ele mesmo reconheceu amplas carências, como consta na sua *Política Nacional*:

"Não se dispõe de dados globais fidedignos sobre a situação de saúde (dos povos indígenas), mas sim de dados parciais, gerados pela Funai, pela Funasa e diversas organizações não governamentais ou ainda por missões religiosas que, por meio de projetos especiais, têm prestado serviço de atenção à saúde dos povos indígenas. Embora precários, os dados disponíveis indicam, em diversas situações, taxas de morbidade e mortalidade três a quatro vezes maiores que aquelas encontradas na população brasileira geral. O alto número de óbitos sem registro ou indexados sem causas definidas confirmam a pouca cobertura e baixa capacidade de resolução dos serviços disponíveis".<sup>[342]</sup>



Índios em um laboratório observando plasmódios da malária ao microscópio

Para o antigo diretor do Departamento de Saúde Indígena da Funasa, Wanderley Guenka, as maiores dificuldades vêm da multiplicidade de realidades culturais entre os vários povos, impedindo a criação de uma política unificada de saúde, a falta de preparo técnico, as grandes distâncias e dificuldades de acesso às reservas mais remotas, a precária infra-estrutura em muitas aldeias e a crônica escassez de verbas.<sup>[354]</sup> Em 2012 a presidente Dilma Rousseff criou um comitê espacial para dar maior atenção ao problema, com foco no atendimento básico, incluindo exame pré-natal, vacinação, avaliação nutricional, controle do crescimento e desenvolvimento, consultas médicas e odontológicas, testes para HIV, sífilis e hepatites.<sup>[355]</sup>

Entre as conquistas recentes no setor podem ser citadas o expressivo crescimento populacional nas últimas décadas,<sup>[347]</sup> a formação de muitos profissionais de saúde indígenas, que passaram a se encarregar da maior parte do atendimento básico nas aldeias, e a importante redução na mortalidade infantil, que caiu de 74,61 óbitos por mil nascidos vivos em 2000, para 46,73 em 2008, resultado da integração de uma série de programas de saúde, desenvolvimento econômico e assistência social. No

início de 2008 atuavam na área indígena 12.895 profissionais de saúde, com 1.681 de nível superior e 11.214 de nível médio.

### 7- EVANGELIZAÇÃO E ACULTURAÇÃO

Como já foi descrito, os portugueses desde os primórdios da colonização buscaram transformar os indígenas em bons cristãos. Muitos de seus costumes eram vistos como imorais e pecaminosos, e suas religiões, como primitivas, supersticiosas e obscuras, quando não demoníacas, e por isso era preciso a todo custo "salvá-los" de sua forma de vida. Isso não mudou muito. Apesar de todos os problemas que isso causou historicamente, grande parte da população indígena brasileira permanece ainda hoje sob forte pressão de propagandistas de outras religiões, que continuam tentando convertê-los às suas fileiras sob os mais variados argumentos, mas em geral tentando assimilá-los para a órbita da civilização e revelando uma visão subjacente preconceituosa, ignorante e prepotente sobre suas práticas religiosas tradicionais, fazendo-os ouvir aquele mesmo tipo de pregação de séculos passados que, embora muitas vezes realizada com boa intenção, desvirtua ou substitui suas crenças originais e provoca profundos conflitos de consciência nos indivíduos. Tenta-se "levar a palavra de Deus" ao índio como se ele não tivesse suas próprias figuras divinas e seus preceitos, nunca tivesse ouvido falar em um poder espiritual, e tivesse *pedido* a evangelização, querendo-se homogeneizar a espiritualidade nativa à sombra do cristianismo, quase invariavelmente considerado "superior".<sup>[43][357][358][359][360][361]</sup> O cacique Iauanauá Biraci dá um eloquente testemunho:

"Convenceram todo mundo a ser crente. Botaram uma ameaça no nosso coração, dizendo que sem essa religião todo mundo iria para o inferno, que nós não teríamos salvação, não seríamos capazes de ser um povo feliz. Que nós vivíamos com o demônio. Que nossos rituais e nossas crenças eram coisas do demônio. [...] Eram racistas, não gostavam da gente, pareciam que

tinham nojo de índio. Não deixavam índio andar no mesmo barco com eles. Não deixavam comer junto. Nos tratavam mal. Sem respeito. Principalmente os americanos. Eram muito arrogantes. A gente sofria muito. A gente tinha vergonha de ser a gente. [...] Nós éramos proibidos, através da intimidação, de realizar nossos rituais. Do lado da missão estavam os seringalistas, seringueiros. Se aliavam com todo mundo. E a igreja fazia a gente aceitar ser dominado. Além da evangelização, dessa descaracterização cultural do nosso povo, ainda mantinham a presença dos não indígenas dentro da terra. Faziam a gente aceitar nossa condição de escravo".<sup>[362]</sup>



### Encontro religioso guarani no Mato Grosso do Sul

Representantes do Conselho Indigenista Missionário no lançamento do relatório *Violência Contra os Povos Indígenas 2012*

Porém, religiosos e associados ao trabalho missionário muitas vezes argumentam que a evangelização contemporânea, diferente da histórica, é oferecida como uma opção e não um imperativo, que pode ajudar os índios em sua conscientização política e em suas lutas sociais, e pode capacitá-los para participar da sociedade brasileira de forma digna e construtiva.<sup>[363][364][365][366][367][368]</sup> Às vezes essas missões propõem ajudar os índios na reconstrução de tradições religiosas perdidas.<sup>[359][369]</sup> É verdade que diversas denominações têm oferecido importante ajuda aos indígenas em suas demandas e têm evitado muito sofrimento e injustiças,<sup>[214][242][359][368]</sup> mas isso não anula o fato de que a presença missionária nas aldeias tem sido sempre fator de profunda modificação cultural e mesmo econômica,<sup>[151][359][360]</sup> e é a causa até hoje de permanente tensão, distúrbios sociais e de disseminação de diversas doenças.<sup>[357][358][370]</sup>

É de notar que a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), entidade católica, que através do Conselho Indigenista Missionário tem sido uma das mais aguerridas e influentes defensoras dos indígenas,<sup>[370][371]</sup> embora reconhecendo que as cosmovisões indígenas são "a alma de suas culturas" e que "a convicção de cada pessoa tem uma dignidade própria", e afirmando que não visa a conversão impositiva, não obstante coloca a evangelização dos povos nativos como uma de suas metas, defende o magistério universal da Igreja Católica, entende a humanidade toda como o "povo eleito", Jesus como o primeiro dos missionários, cujo exemplo deve ser seguido, e Nossa Senhora como mãe de "todos os povos".<sup>[364][372]</sup> O papa Bento XVI, em discurso proferido em Aparecida, disse que "o anúncio de Jesus e do seu Evangelho não supôs, em nenhum momento, uma alienação das culturas pré-colombianas, nem foi uma imposição de uma cultura estranha".<sup>[373]</sup> Diante de múltiplos protestos, no entanto, dez dias depois ele se retratou, reconhecendo o lado sombrio dessa história.<sup>[374]</sup> A posição do CIMI não está livre de problemas e ambiguidade,<sup>[371][375]</sup> mas tem se caracterizado pelo progressivo distanciamento do proselitismo, concentrando-se na luta política, no respeito às diferenças e no assistencialismo, ao contrário das missões das ordens e congregações.<sup>[362][376]</sup> Mesmo com este direcionamento oficial, o destacado teólogo Paulo Suess reconhece que o proselitismo ainda subsiste: "Nunca oficialmente. Nunca vão dizer isso abertamente em uma assembléia do CIMI. Mas na aldeia eles podem agir assim".<sup>[362]</sup> De qualquer forma, na opinião do antropólogo Marcos Pereira Rufino, em anos recentes a atuação católica tem sido a menos problemática entre todas as denominações cristãs, enquanto no trabalho das outras a situação é bem mais complicada, com denúncias de violações de direitos humanos e outras irregularidades se multiplicando.<sup>[376]</sup> Segundo noticiou em 2007 o portal interdenominacional Gospel+,

"O trabalho de catequese há décadas deixou de ser uma exclusividade da Igreja Católica, que perdeu terreno nessa área. Pastores evangélicos tomaram seu lugar e hoje operam um vigoroso esforço de conversão em massa. Já superaram os católicos no número de missionários. [...] Existem 222 tribos no país. Os católicos estão em apenas 107 delas. Protestantes de denominações como Batista, Adventista, Quadrangular e Assembleia de Deus, por exemplo, já

estão presentes em 153. Seu objetivo é claro: chegar a cada etnia 'não alcançada' por Jesus, fincar uma igreja e conduzi-la pelo que consideram o caminho da salvação. [...] Em 1972 (a Igreja Católica) criou o CIMI para gerir a relação com os índios, e passou a pregar que a cultura nativa deveria ser preservada, inclusive em suas crenças. Foi um flanco aberto para que os missionários evangélicos avançassem em peso por entre as aldeias mais remotas do país. [...] Sua estrutura logística também salta aos olhos. Para levar os pastores a cada canto do país, os evangélicos contam com a ONG Asas de Socorro, que tem onze aviões, sendo três hidroaviões que não necessitam nem de pista de pouso. Com uma engrenagem assim, não há pajé que resista".<sup>[377]</sup>

Em 1991 a Funai determinou a retirada de todos os missionários das reservas, diante de inúmeras denúncias de genocídio, escravidão, servidão, exploração sexual e monopolização do acesso à saúde e à educação,<sup>[357]</sup> e desde 1994 somente podem entrar nas reservas missionários convidados pelos índios.<sup>[378]</sup> Para contornar o interdito, muitas vezes são oferecidos às tribos serviços e benesses em troca do convite,<sup>[379]</sup> ou as lideranças cristãs trabalham para formar missionários índios, que por sua vez podem atuar livremente nas reservas.<sup>[360][380]</sup> Edward Luz, presidente da organização não denominacional Missão Novas Tribos do Brasil,<sup>[380]</sup> acusada de muitas irregularidades, inclusive de grande extermínio entre o povo zo'ê nos anos 80, infectado por doenças que eles levaram,<sup>[357][381]</sup> foi explícito em suas intenções dizendo que "o Estado não pode impedir que um índio se encontre com outro índio.... A maioria desses índios voltará ao seu povo para pregar o Evangelho. Contra essa força não haverá resistência (da Funai)".<sup>[380]</sup> "Se (o governo) proíbe pregar o Evangelho, está proibindo a liberdade da adoração; proíbe o autor do Evangelho, o senhor Jesus; e proibiu a *Bíblia*, proibiu o Deus criador. E nós partimos para um confronto".<sup>[357]</sup> No 4º Congresso Brasileiro de Missões, o presbiteriano Ronaldo Lidório declarou que "precisamos de mais 500 novos missionários para pregar o Evangelho a todos os povos indígenas".<sup>[380]</sup> A Associação de Missões Transculturais Brasileiras e o Conselho Nacional de Pastores e Líderes Evangélicos Indígenas, com apoio da Associação Nacional de Juristas Evangélicos, divulgaram em 2013 uma nota oficial em protesto contra os obstáculos à ação missionária entre os índios.<sup>[366]</sup>



Santuário dos Pajés na terra indígena no Setor Noroeste de Brasília



Capela cristã em terras achanincas, no Acre

Propostas de autorizar legalmente a atuação missionária já chegaram ao Congresso Nacional e desencadeiam grande polêmica, pois o Brasil é um Estado laico, e a imposição da evangelização sobre os índios, violando a liberdade de culto, é inconstitucional, conforme declarou Antônio Oneildo Ferreira, presidente da seccional da Ordem dos Advogados do Brasil em Roraima, além de inevitavelmente levar à aculturação.<sup>[382]</sup> A bancada evangélica, aliando-se à bancada ruralista, adquiriu recentemente grande influência parlamentar.<sup>[383][384][385]</sup> O jornalista Felipe Milanez denunciou, juntando-se a um grande coro de críticos, que a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, que esteve em 2013 sob o comando do controverso pastor evangélico Marco Feliciano, "segue misturando religião com Estado, rasgando a laicidade, e promovendo violência contra as minorias. Os missionários tentam pressionar o governo para que possam pregar o Evangelho nas aldeias, promovendo assim o proselitismo religioso. Querem pregar de forma aberta, pois escondido já o fazem".<sup>[357]</sup> Outros pesquisadores e jornalistas confirmam a pregação clandestina, e como foi dito as próprias igrejas, ignorando todos os impedimentos legais, reconhecem que ela continua em progresso,<sup>[360][377][379][380][386]</sup> ocorrendo até mesmo denúncias de perseguições a pajés e disputas por aldeias entre as várias denominações,<sup>[369][387]</sup> uma situação que

remonta aos primórdios da penetração protestante no país.<sup>[369][388]</sup> Segundo a antropóloga Ana Paula de Oliveira, as dificuldades impostas oficialmente para a evangelização, ao contrário de inibi-la, a estimulam, pois para muitos missionários quanto maiores as provações mais gloriosos serão os resultados espirituais, sentindo-se engajados em verdadeira cruzada.<sup>[360]</sup>

Mas a questão não é simplesmente polarizada e está cheia de nuances e contradições. Antropólogos e outros ativistas têm assumido a religião indígena e fazem proselitismo dela.<sup>[359]</sup> Muitas comunidades adotaram sinceramente o cristianismo e o praticam há tempo, exigindo a presença de padres e pastores.<sup>[362][377]</sup> Somente de índios evangélicos existem 210 mil, segundo o Censo de 2010.<sup>[378]</sup> Estes também defendem o proselitismo sobre outras etnias, se orgulham da conversão e muitas vezes confundem benefícios sociais recebidos com religião, acreditando que "somente depois da *Bíblia* o desenvolvimento chegou às aldeias, que hoje têm luz elétrica e água encanada". Basílio Jorge, índio e hoje pastor evangélico, ilustra a profundidade da transformação cultural condenando a antiga e inocente nudez dos povos: "É indecente as mulheres usarem vestido curto ou short. O cabelo delas também deve ser comprido. Está tudo escrito na *Bíblia*".<sup>[377]</sup> Outras comunidades absorveram parte da religião estranha e a adaptaram para a formação de novos cultos sincréticos, e essas formas religiosas adquirem importante papel em suas vidas.<sup>[151][359][360][389][390]</sup> Ao mesmo tempo, missionários frequentemente são acusados de entrar em conluio com a Funai e outros organismos a fim de desestabilizar o diálogo entre índios e civilizados,<sup>[391][392]</sup> "semeando ventos que vão produzir uma tempestade no campo", como disse o jornalista Robson Bonin em artigo na revista *Veja*.<sup>[391]</sup>

### Dia do Índio

---

O Dia do Índio, 19 de abril, foi criado pelo presidente brasileiro Getúlio Vargas através do decreto-lei 5 540, de 1943,<sup>[393]</sup> e relembra o dia, em 1940, no qual várias lideranças indígenas do continente resolveram participar do Congresso Indigenista Interamericano, realizado no México. Eles haviam boicotado os dias iniciais do evento, temendo que suas reivindicações não fossem ouvidas pelos "homens brancos". Durante este congresso, foi criado o Instituto Indigenista

Interamericano, também sediado no México, que tem, como função, zelar pelos direitos dos indígenas na América. O Brasil não aderiu imediatamente ao instituto, mas, após a intervenção do Marechal Rondon, apresentou sua adesão e instituiu o Dia do Índio no dia 19 de abril.<sup>[394]</sup>

### **8- CULTURA AFRO-BRASILEIRA E CULTURA INDÍGENA**

O Brasil, tal como conhecemos atualmente, é resultado de uma grande mistura de raças, conceitos, tradições e costumes que estão presentes desde os primórdios nativos, que, por volta do século XV, nem eram chamados de indígenas. Há, portanto, uma diversidade de povos e uma miscigenação de raças que constituem o povo brasileiro. Do mesmo modo em que a história contribuiu para a diversidade, a disseminação de estereótipos sobre o que é certo ou errado se espalhou pela sociedade, gerando preconceitos, intolerâncias e não-aceitação das diferenças. Quando esses preconceitos atingem as esferas da educação básica, é dever do professor criar estratégias para amenizar pensamentos de ódio e intolerância, impedindo a evolução para sérios casos de violência escolar, também conhecido como bullying. Nas escolas, muito é discutido sobre o bullying e como evitá-lo. Entretanto, pouco é feito para combatê-lo. Faz-se necessário uma análise das origens das diferentes formas de violência presentes em ambiente escolar. Dentre os variados motivos, são destacados a cor ou raça, religião, aparência do rosto ou do corpo, orientação sexual ou demais questões regionais. (Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar, 2012) Com a aprovação da lei que obriga o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena nas instituições de ensino fundamental e médio, é possível traçar relações sobre a importância da aprendizagem dessas culturas e o combate ao bullying, já que o desconhecimento pode gerar intolerância e desrespeito às diferenças, sobretudo à discriminação racial e de cor.

Visa identificar possíveis causas dessas atitudes violentas e como as práticas pedagógicas de apoio ao multiculturalismo e a diversidade podem contribuir para uma significativa diminuição dos casos de bullying no ensino fundamental.

Para entender os diferentes cenários onde a educação brasileira está situada, alguns termos devem ser estudados. Sociodiversidade, multiculturalismo e inclusão são frequentemente encontrados em textos pedagógicos e, se tratando de atividade discente, tem grande importância no trabalho escolar. O bullying pode ter uma estrita ligação com esses temas e por esse motivo, compreendê-los pode ser de grande importância no combate à violência escolar. Sociodiversidade é um termo originado da antropologia e exprime a ideia de diversidade. É marcado por uma sociedade que se distingue de uma outra, tendo assim, diferentes maneiras exercer autoridade, costumes ou culturas que compõem diversas etnias e raças (SOUZA, 2009). Multiculturalismo é o termo designado para as diferenças presentes nos grupos sociais. Trata também da diferença de costumes e etnias, sem deixar de tratar das igualdades de direitos e deveres dos indivíduos brasileiros (ARAUJO, 2007) Segundo Maria Teresa Mantoan (2005), professora da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, inclusão é a prática de reconhecer, entender e conviver com pessoas que possuem deficiência física ou comprometimento mental, alunos superdotados e para todas as minorias que acabam sendo discriminadas por algum motivo (CAVALCANTE, 2005). Bullying é um termo atual designado para representar qualquer tipo de violência que ocorra por um agressor a um indivíduo indefeso. Ana Beatriz Barbosa Silva, médica graduada pela Universidade Estadual do Rio De Janeiro e pósgraduada em psiquiatria pela Universidade Federal do Rio De Janeiro, define o bullying como:

“(...) comportamentos violentos no âmbito escolar, tanto de meninos quanto de meninas. Dentre esses comportamentos podemos destacar as agressões, os assédios e as ações desrespeitosas, todos realizados de maneira recorrente e intencional por parte dos agressores.” (SILVA, 2010. p. 21)

Em suma, a violência escolar sempre ocorre com figuras determinadas. Há uma vítima, geralmente sem capacidade de defesa, com poucos amigos e é considerada como alvo principal dos agressores. Estes são os autores de repetitivos abusos

verbais, psicológicos, físicos, virtuais e morais. Contribuindo para esse cenário, os alunos que observam, podendo ou não serem sujeitos ativos no processo de violência: os espectadores.

### **ASPECTOS HISTÓRICOS**

Os indígenas são povos que há milhares de anos já habitavam – principalmente – a costa do território brasileiro, muito antes da invasão europeia. Estimativas demográficas calcularam a existência de cerca de 5 milhões de índios na época em que Pedro Álvares Cabral chegou à terra atualmente conhecida como Brasil (LUCIANO, 2006. p. 27). Viviam em grupos, tinham costumes próprios, se alimentavam com produtos originados da caça de animais e da agricultura. O trabalho era dividido por gênero. As mulheres cuidavam da casa e das crianças, enquanto os homens cuidavam dos trabalhos pesados, como a caça. Tinham próprias tradições e tinham crenças espirituais, além de uma linguagem criada apenas para comunicação entre seus povos. Com a chegada dos portugueses no Brasil, em 1500, houve uma grande mudança nos costumes e hábitos. Os registros escritos que temos daquela época foram apenas os divulgados pelos portugueses, então temos uma visão de mundo que girava em torno dos interesses europeus. Os historiadores, portanto, foram responsáveis por mostrar uma compreensão mais próxima da realidade dos tempos antecedentes à chegada dos europeus em território brasileiro. Ainda no Brasil Colônia, os jesuítas começaram a ensinar a língua portuguesa para os nativos, bem como introduziram o cristianismo para um povo que já estava habituado a suas próprias crenças espirituais e que também acreditavam em seus próprios deuses. Ao mesmo passo que os indígenas brasileiros, os escravos que chegaram ao Brasil tinham culturas e manifestações linguísticas, religiosas e artísticas únicas. Juntas, elas caracterizam os povos e as diferentes regiões da África. Com a expedição de Marim Afonso de Souza, em 1530, os primeiros escravos vindos da África chegaram ao Brasil. Com a expansão da produção de cana-de-açúcar, a necessidade de mão de obra foi inevitável.<sup>1</sup> O comércio negreiro, então, começou a ter valor no Brasil Colônia. Vivendo em condições precárias, sem remuneração e sofrendo castigos constantemente, os escravos que aqui viveram não deixaram suas tradições. Muitas influências culturais dos povos afro-brasileiros permanecem até hoje. A feijoada, a capoeira, o samba de

roda, o candomblé e os orixás e o culto à Iemanjá são exemplos culturais herdados pelos povos afrobrasileiros. No Brasil Colônia, junto com a vinda dos jesuítas ao Brasil, se deu a evangelização dos índios e africanos. O ensino da Bíblia era realizado através de recursos audiovisuais como canto, música e teatro. (TERRA, 2000) O ensino da fé cristã acabou distanciando os costumes religiosos próprios desses povos, assim como a solidificação dos costumes europeus, também no início do século XVI, distanciou práticas musicais, de dança, de hábitos alimentares e de higiene próprios dos indígenas e negros, em detrimento ao dos europeus. Desde aquele período, indígenas e afro-brasileiros tentam manter suas tradições. Por isso, a valorização da história da cultura afro-brasileira e indígena é essencial. Tanto para reconhecimento social, quanto para o estudo, solidariedade e sensibilização dos alunos para com as diferenças de origens em sala de aula. Não se pode deixar de citar, a fim de curiosidade e compreensão das demais origens das causas atuais de bullying, o fim da Segunda Guerra Mundial e a divisão entre dois eixos antagônicos: capitalismo, baseados nos conceitos norte-americanos, e o socialismo da União Soviética. Tal divisão criou mais um fator socialmente hierárquico: a desigualdade social, a quantidade do poder econômico. Na Grécia Antiga, o relacionamento com pessoas do mesmo sexo era visto como algo natural e socialmente normal (DIAS, 2010). Na Idade Média, por outro lado, de acordo com as ações advindas da religião, comportamentos homossexuais, ou demais que fugissem nas normas socialmente aceitas, eram perseguidos (SOARES, 2015). A concepção bíblica de que a relação sexual deveria ser voltada exclusivamente para procriação, condenou as demais relações, considerando uma aberração da natureza e transgressão à ordem natural (DIAS, 2010) A mulher também foi socialmente diminuída na história. O machismo presente nas antigas civilizações, inferiorizavam o trabalho feminino e o reduzia a favores domésticos e sexuais. Hoje, meninas são condenadas se gostarem de futebol, da cor azul, se sentarem de perna aberta, se não passarem maquiagem. Os meninos, por sua vez, são condenados se gostarem de bonecas, da cor rosa, se usarem saias. (SOARES, 2015) Esses aspectos ganharam força e ainda são apoiados, pois, historicamente viraram regras de conduta para o conceito de gênero. Por fim, os fatores históricos acumulados foram determinantes para o prejudicial aumento dos conceitos socialmente hierárquicos e, conseqüentemente, pejorativos e facilitadores do preconceito. O poderio econômico dita a ideia do “rico sobre o

pobre”, a orientação sexual dita o “heterossexual ser melhor que o homossexual”, e o ciclo vicioso dita o mesmo com religiões, raças e etnias.

## **REFERÊNCIAS**

[http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0009-67252013000200011](http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252013000200011)>acesso em 28/05/2020

<https://www.culturagenial.com/arte-indigena/>>acesso em 28/05/2020

[https://pt.wikipedia.org/wiki/Povos\\_ind%C3%ADgenas\\_do\\_Brasil](https://pt.wikipedia.org/wiki/Povos_ind%C3%ADgenas_do_Brasil)>acesso em 28/05/2020

[http://portal.unisepe.com.br/unifia/wp-content/uploads/sites/10001/2018/06/005\\_artigo\\_analise\\_cultura.pdf](http://portal.unisepe.com.br/unifia/wp-content/uploads/sites/10001/2018/06/005_artigo_analise_cultura.pdf)>acesso em 28/05/2020